

## **PRÁTICAS DOCENTES E EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA REFLEXÃO SOBRE SURDOS COM OUTRAS DEFICIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA – MG**

Gabriel Pigozzo Tanus Cherp Martins

*Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF | [gptcm84@gmail.com](mailto:gptcm84@gmail.com)*

Pensar a educação de surdos nos faz refletir como utilizar línguas e vivenciar culturas diferentes dentro de um espaço escolar diverso e multifacetado. Sem dúvidas, há motivos que nos fazem superar barreiras comunicacionais e conviver com essa multiplicidade cultural e o principal deles são as Crianças Surdas. Crianças essas que, em sua maioria, não possuem como primeira língua, doravante L1, a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS. São oriundos de famílias ouvintes cujos pais desconhecem a Língua de Sinais (LS) e, em alguns casos, vão ter contato tardiamente com a LS, acometendo, assim, um significativo atraso no processo de aquisição desta língua.

Esse “primeiro” contato com a LS acontece geralmente quando essa Criança Surda ingressa no processo de educação formal, ou seja, na escola. Essa instituição que acaba de receber essa criança tem, além das atribuições comuns de uma educação formal, a responsabilidade de preencher lacunas criadas por um não conhecimento de mundo que a essa Criança foi negado, (seja) por não ter (receber) o *input* auditivo e a (ou pelo fato de a) sociedade não veicular informações em LS. A escola, além do conhecimento formal/curricular, tem o dever de prover a essa Criança uma língua e o conhecimento de mundo a ela negado.

Diante desta premissa, o espaço escolar é importantíssimo para essa Criança Surda, uma vez que terá, em alguns casos, a presença do professor Surdo, modelo identitário, linguístico e cultural, e a presença da LS circulando neste ambiente. Isto nem sempre será possível por conta da escassez de profissionais Surdos licenciados no município, por não existir de fato o cargo de professor de LIBRAS e pela proposta que a Rede Municipal de Educação de Juiz de Fora segue, ou seja, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Essa política prevê a inclusão dos alunos Surdos nas escolas comuns, objetivando o acesso, a participação e a aprendizagem (BRASIL, 2008).

É notório que, com essa “escola para todos”, a diversidade de sujeitos, culturas e identidades que compõem o ambiente escolar tomam proporções nunca antes imaginadas. O ingresso de alunos, professores e instrutores Surdos, mais a presença de intérpretes de LIBRAS / Língua Portuguesa, traz para este espaço um ganho linguístico importantíssimo para a educação deste alunado. E percebemos que a troca de informações e o processo de ensino x aprendizagem, em LS, faz com que estes alunos tenham um sentimento de pertencimento neste espaço. Mesmo sendo um espaço inclusivo, há avanços na relação entre os sujeitos, ao passo que a presença de adultos Surdos se torna mais frequentes com o passar dos anos.

Na mesma proporção, temos o ingresso de alunos Surdos com outras deficiências, o que nos traz novas perspectivas de trabalho e novos desafios para a prática docente. Atualmente, existem Surdos com Síndrome de *Down* (Surdos *down* - SD), Surdos com Paralisia Cerebral (PC), Surdos Autistas e Deficientes Múltiplos (Surdo, baixa visão, Paralisia Cerebral e autista) na Rede de Ensino Municipal de Juiz de Fora, MG. E esses “novos” alunos

demandam estratégias, práticas e métodos diferenciados em relação ao alunado Surdo<sup>1</sup>. Devemos ter claro sobre qual viés enxergo este aluno: na perspectiva do Ser Surdo ou da deficiência?

A este público têm sido negados vários direitos, entre eles o de se expressar, por não pertencer a uma “categoria” e por demandar de nós professores um estudo mais aprofundado sobre questões que extrapolam a surdez. É fato que não posso trabalhar da mesma maneira com um Surdo e com Surdo com SD, assim como não podemos usar as mesmas práticas para os alunos típicos.

A SD se caracteriza por uma anomalia cromossômica, ou seja, uma cromossomopatia, que pode acontecer no momento ou após a concepção. Há uma incidência de um cromossomo extra no par 21, por isso, muitas vezes, é chamada de trissomia (PIMENTEL, 2012). Percebe-se que,

As crianças com Síndrome de Down, apesar de possuírem alterações fenotípicas semelhantes como: aparência arredondada da cabeça, pálpebra estreita e levemente oblíquas, boca pequena podendo-se projetar um pouco a língua, única prega palmar, pescoço curto, mãos e pés pequenos e grossos etc. diferem entre si em aspectos gerais do desenvolvimento como: linguagem, motricidade, socialização e habilidades da vida diária. Porém, comumente apresentam crescimento físico mais lento, maior tendência a aumento de peso, atraso no desenvolvimento motor devido à hipotonia nos primeiros meses de vida, ou seja, menor tonicidade nos músculos e atraso no desenvolvimento mental. (PIMENTEL, 2012, p. 31)

Esses traços fenotípicos são contribuintes para um estigma que esse sujeito carrega consigo por toda sua existência. Estigma esse cunhado no meio social em que vivemos por uma série de pré-conceitos e mitos que a sociedade tem para com esses sujeitos. Dentre todas essas características da SD a que contribui para que ele seja cada vez mais estigmatizado, além de as abordagens pedagógicas envolvidas no processo de educação formal priorizarem apenas os déficits e não as potencialidades, é a deficiência intelectual que é inerente a síndrome.

A Paralisia Cerebral deve ser entendida como um dano no cérebro que leva o indivíduo a inúmeras dificuldades motoras e descontroles dos movimentos musculares e corporais. De acordo com Bax (1964, *apud* BRAGA, 1995) “a paralisia cerebral pode ser definida como uma desordem da postura e do movimento secundária a uma lesão não progressiva do cérebro em desenvolvimento”. Interessante observar que esta lesão é “não progressiva” e isso nos diz muito sobre quem é esse sujeito e o que fazer. Ou seja, se em seu desenvolvimento for estimulado por todos ao seu redor é muito provável que as consequências da PC sejam amenizadas e consiga tornar-se autônomo em suas decisões e em sua vida prática, desde que oferecidas a ele condições para tal.

Braga (1995) nos apresenta uma informação muito importante sobre a paralisia cerebral: “o momento e a forma da lesão repercutem no desenvolvimento posterior da criança. Por isto, é importante pesquisar a etiologia sempre que possível”. Esta lesão pode acontecer nos períodos pré, peri e pós-natal. Algumas comorbidades a ela associadas são: distúrbios convulsivos, alteração da expressão verbal, deficiência visual, deficiência auditiva, distúrbios perceptivos e viso-motores, hidrocefalia, infecções urinárias, problemas respiratórios, deficiência tátil, problemas orais-dentários e deficiência intelectual.

---

<sup>1</sup> De acordo com Kuchenbecker e Thoma (2011) há uma norma Surda, ou seja, “uma norma pautada em referenciais que reduzem a diferença surda à língua de sinais e a cultura visual.”

Outros sujeitos que aparecem em nosso cotidiano escolar são os alunos autistas. Segundo Bordini e Bruni (2014) o autismo é:

Uma condição que reflete alterações no neurodesenvolvimento de uma pessoa, determinando quadros muito distintos, que têm em comum um grande prejuízo na sociabilidade. O autismo é considerado uma síndrome neuropsiquiátrica, pois é caracterizado por um conjunto de sinais clínicos, nem sempre provocados por uma causa comum. (BORDINI E BRUNI, 2014. p. 220)

Algo que merece ser destacado é que a causa ainda não foi descoberta e hoje, de acordo com o V Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, doravante, DSM V (Publicado em maio de 2013), existe uma tríade sintomatológica caracterizada por: a) déficits sociais e comunicacionais e b) comportamentos repetitivos e restritos. Podendo se encaixar em três níveis: Nível 1 (leve); Nível 2 (moderado) e Nível 3 (grave).

Após um breve detalhamento característico e conceitual das deficiências e síndrome que, porventura, aparecem concomitantes ao universo deste novo alunado Surdo, tenho em mente inúmeros questionamentos. O principal deles é: enxergo esse aluno como um aluno Surdo ou um aluno com alguma deficiência? Ou seja, ele deixa de ser Surdo e passa a ser estigmatizado como PC, ou SD ou autista?

Sem dúvida, nossas estratégias, práticas, métodos, ações, reflexões e ações deverão ser repensadas frente à diversidade apresentada por esses “novos” sujeitos Surdos incluídos. Deixarei de olhar para esse sujeito numa perspectiva sócio-antropológica e passarei a ter por ele um olhar clínico-terapêutico? Ao invés de buscar estabelecer uma comunicação, utilizando inúmeros outros recursos que a tecnologia assistiva e a comunicação alternativa me permitem, procurarei normatizar este sujeito? Por que não usar a LS com estes alunos? Quais conhecimentos “julgamos” necessários para a vida destas crianças? Currículo? É possível pensar um currículo que dê conta das especificidades desta diversidade Surda que está presente dentro de nossas escolas? O que fazer para “escapar” desta normalização da educação? Quais tipos de normas são pré-estabelecidas para estes sujeitos que frequentam estas instituições de ensino?

Os questionamentos são muitos. E as ações? Precisamos pensar através do olhar do outro, colocarmo-nos na posição de aprendente e revermos conceitos enraizados em nossas concepções que nos fazem permanecer inertes diante do diferente, do novo, do desafio. Educação é isso, é movimento, ação, reflexão, sonho. É pensar, pesquisar, sair da zona de conforto. É construção, reconstrução, doação. O momento atual da educação de surdos é um momento ímpar. A cada dia o movimento ganha mais força e as pessoas passam a compreender melhor como funciona o processo de educação formal deste sujeito, passando a respeitar sua língua, sua cultura e suas identidades. Identidades porque não somos um, somos vários. Somos utopia e realidade. Somos sonhos e certezas. Somos dedicação e força de vontade. Somos aprendentes e ensinantes. Somos línguas. Somos Culturas e Identidades. Somos professores.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRAGA, Lúcia Willadino. **Cognição e Paralisia Cerebral: Piaget e Vygotsky em questão.** Salvador. SarahLetras, 1995.

BORDINI, Daniela; BRUNI, Ana Rita. **Transtornos do espectro Autista.** In: ESTANISLAU, G.M.; BRESSAN, R.A. (org). Saúde Mental na Escola: O que os educadores devem saber. p. 220-230. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC; SEEP; 2008.

KUCHENBECKER, Liège Gemelli; THOMA, Adriana da Silva. **Examinar, enquadrar, adaptar o Currículo e Desenvolver a Língua de Sinais:** estratégias de normalização de alunos surdos down em uma escola de surdos. In: Revista Educação Especial. Santa Maria, V. 24, n. 41, p. 347 – 362, set/dez. 2011.

PIMENTEL, Suzana Couto. **Conviver com a Síndrome de Down em escola inclusiva:** mediação pedagógica e formação de conceitos. Petrópolis: Vozes, 2012